

**Miguel Monteiro**

**MIGRANTES E EMIGRANTES DE FAFE  
(1834-1926)  
Territórios, Estrutura social e itinerários**

**Fafe, 1.ªs jornadas de História local, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 996**

## **1.PROBLEMATIZAÇÃO**

A migração e a emigração são expressões que designam a deslocação de indivíduos do seu território geográfico, social e familiar, por um determinado tempo e inseridos numa corrente de intensidade variável, na suposição do retorno ao sítio de saída, depois de cumpridas ou não as expectativas que a motivaram, confrontando-se, assim dois lugares distintos: o da saída e o de destino, ou seja, a existência de rupturas de natureza social, familiar e afectiva.

A territorialidade cumpre-se, vive-se e representa-se de forma distinta. Isto é, os territórios são testemunhas de diferenciação social e de desigualdades de natureza económica, social e simbólica, as quais ocorrem como produtos particulares e variáveis no espaço e no tempo.

Procuramos apresentar algumas respostas para a seguinte questão: em que medida os diferentes estatutos sócio-territoriais dos migrantes e dos emigrantes influenciaram as diferentes opções de destino?

## 2.CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ECONÓMICO E SOCIAL

Definimos como conceito de "construção de um território" a existência de uma dinâmica temporalmente não delimitada, sendo por isso atributo de um processo histórico, demarcado no espaço, aqui considerado em vários sentidos: micro-região natural, concelho administrativo, parcelas do concelho, a cidade de Fafe e a freguesia, onde são identificáveis diferentes processos e formas de ocupação e de territorialidade. Isto é, onde se estruturaram hierarquias e representações diferenciadoras de carácter económico, social e simbólico, como manifestações interactivas e agredadores dos ocupantes.

Desta noção surgem, nomeadamente, as ideias que associamos quando distinguimos naturais e residentes, naturais não residentes e "brasileiros" de retorno, perdendo as noções anteriores significado.

Procuraremos inserir o nosso estudo nos elementos da paisagem geográfica ou natural, assente no conceito de ambiente «que comanda ou orienta as capacidades e as atitudes dos homens»<sup>1</sup>, as identidades e as diferenças físicas e territoriais, as atitudes de ocupação e aproveitamento económico, consideradas como aquisições e efeitos de cultura e de memória histórico-civilizacional e as estruturas de representação social de carácter simbólico, nomeadamente estatutos e profissões.

Estamos assim perante relações estabelecidas entre o Homem, a sociedade, o espaço, onde este actua na vida de cada um e no funcionamento da sociedade. Segundo Paul Claval «as relações e os suportes que lhe são indispensáveis são ainda complicadas pela desigual mobilidade dos bens».<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> «Região», Enciclopédia Einaudi, Vol. 8, Imprensa Nacional- C- M., 1986, p.164

<sup>2</sup> Claval, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 61

Por outro lado, convivem no indivíduo várias noções de espaço: o vivido e o representado, investidos de todas as «estratégias de utilização ou de deslocamento que são originadas pela necessidade de agir das pessoas pela sua preocupação em ganhar a vida, pela seu prazer em gozar e pela sua vontade de alcançar um lugar invejável dentro da sociedade»<sup>3</sup>

Temos implícito que a freguesia de Fafe é uma das 36 (freguesias) unidades de referência espacial administrativa do território concelhio, que informou a existência das pessoas nele instaladas, ganhando um significado marcante, nomeadamente pela ambiguidade que o termo representa, por designar simultaneamente, a antiga vila, a actual cidade, a freguesia com o mesmo nome, ou simplesmente, para os locais, como o lugar apenas definível no quadro das representações simbólicas de «centro, ou lugar central, que pertence à esfera dos valores e das crenças»<sup>4</sup>, onde ocorreram as mais evidentes explicitações de centralidade e se conjugaram sistemas de agregações diferentes: o centro ou sede administrativa, em primeiro lugar do concelho de Montelongo e depois do de Fafe; as de natureza sócio-familiar dos "Brasileiros" de retorno, como reflexo das estratégia de afirmação e representação simbólica de estatutos sociais burgueses, manifestos na expressão de um nosso informador, descendente de "Brasileiros", referindo-se ao seu grupo social e o "decisor e influente" na localidade - «somos todos primos».

Esta expressão expressa uma identidade central simbólica para os que se têm como iguais delimitando espaços sociológicos próprios e assentes no parentesco e na descendência comum de "Brasileiros" ou emigrantes de retorno e nas estratégias matrimoniais estabelecidas no passado pelos ascendentes.

---

<sup>3</sup> Idem, p. 65

<sup>4</sup> Shilds, Edward, *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 53

Na cidade marca-se, como diz Paul Claval o espaço abstracto das distâncias sociais, reflectido pela preferência por este lugar, como objecto de diversas valorizações, em oposição à desvalorização do distante.<sup>5</sup>

### 3. ESTRUTURA SOCIAL

Entendemos como classe social, a definição dada por Bourdieu: um conjunto de agentes, definidos «não por uma propriedade (mesmo que se trate da mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma soma de *propriedades* (propriedades do sexo, da idade, de origem social ou étnica ... de rendas, de nível escolar, etc.) nem sequer por uma cadeia de propriedades, ordenadas todas a partir de uma propriedade fundamental (a posição nas relações de produção) numa relação causa efeito, de condicionante a condicionado, senão pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio»<sup>6</sup>

Ao utilizamos para o nosso estudo o Registo de Eleitores e Elegíveis do Concelho em 1881 com os Registos de Passaportes e Termos de Abono de Identidade dos migrantes e emigrantes verificamos existirem relações várias entre a mobilidade e os estatutos sociais e profissionais ou ocupacionais, tendo em conta as expressões que os/as designam, tais como: capitalistas, proprietários, agricultores, trabalhadores, jornaleiros, e outras que podemos designar por artesãos.

Se através da relação entre o valor da contribuição fiscal e as profissões se pode inferir do grau de riqueza e estatuto social, criando assim uma estrutura social hierárquica, a estratificação ocupacional ou profissional é também medida pela relação

---

<sup>5</sup> Claval, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 63-66

<sup>6</sup> Bourdieu, Pierre, citado por Rodrigues, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trayectorías de Clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p.539

entre o poder económico e o prestígio que lhe é atribuído, como indicador de desigualdades, nomeadamente representado na capacidade de elegibilidade para os diversos lugares públicos.

Existe assim uma elevada correlação na construção da estratificação social, entre as profissões, a recompensa económica e o prestígio social, através da qual se pode inferir da relação entre estratificação e mobilidade social.

O nosso estudo refere-se simultaneamente a um território concelhio agrário e à emergência de uma urbe na freguesia de Fafe, tendo em conta as tipologias ocupacionais, as formas de recompensa e o prestígio, que diferenciam os grupos ocupantes desses territórios.

Na análise sociológica da estratificação, existem níveis de estrutura distintas e complexas.

Dividiremos a comunidade concelhia em três níveis ou grupos, face às diferenças económicas, sociais e simbólicas, por forma a facilitar o nosso discurso interpretativo, presentes nas fontes utilizadas como indicadores de análise: as profissões, a capacidade diferencial de elegibilidade para órgãos paroquiais, municipais e nacionais, contribuição fiscal, e ainda o surgimento de novas profissões decorrentes da emigração de retorno, os quais designaremos de nível ou grupos: 1, 2 e 3.

1- Os ricos, residentes em casas com tradição aristocrática e senhorial onde se exibem brasões ou portões brasonados, os grandes proprietários e/ou capitalistas (burgueses);

2 - Os remediados (agricultores, os comerciantes, negociantes, vendeiros e taberneiros);

3- Os pobres (caseiros, jornaleiros, artesãos, almocreves e criados),

Em cada um destes três grupos existem posicionamentos sociais na comunidade conforme são diferentes o grau de riqueza, prestígio e poder simbólico ou não riqueza.

Estes compõem uma estrutura vertical em pirâmide, mais numerosa na base e fechada no topo, ocupando o topo os do nível - 1, o espaço intermédio, os do grupo dois 2 e, por fim, na base e em maior número os do grupo -3

Cada um destes três grupos, utiliza estratégias próprias de casamento, herança/sucessão e migratórias, distintas e com implicações concretizáveis nas trajetórias do processo de saída e escolha de destinos de migração, bem como no retorno e não retorno aos lugares de origem

As expressões ricos, remediados e pobres, por serem hierarquias de carácter subjectivo, têm acepções distintas no quadro económico e social de cada uma das freguesias do concelho. Um proprietário pode integrar um grupo dos ricos ou proprietários na freguesia e usufruir desse estatuto e perdê-lo quando comparado com os seus pares no concelho. Pesa nesta avaliação, o grau de rendimentos da propriedade, conforme elas se situam nas freguesias do Norte ou Sul do concelho.

#### Grupo 1:

a)- Ocupam os lugares de destaque, nos processos de ritualização social e simbólica, mantendo uma grande distância com a comunidade, possuindo mediadores para gerir as quintas, designados por feitores que orientam todas as práticas de gestão das quintas, recebem as rendas, dão indicações aos caseiros e jornaleiros. A governanta, em acordo com o feitor, procede à gestão de todos o espaço familiar e agrícola, prestando contas desta gestão ao "senhores", no fim dos ciclos agrícolas. Nunca se sabe se estão presentes ou ausente da casa, chegando a passar grandes temporadas fora de casa em visitas aos parentes e/ou em Lisboa ou no Porte. Nunca recebem ninguém à porta, havendo um criada ou criado que se presta a comunicar a chegada de visitas. São mediadores de influência em Lisboa ou no Porto onde têm parentes em lugares importantes da administração pública. A casa de família tem mais importância do que quem a habita, valorizando a genealogia. São designados pelo nome da Casa. A vida

particular nunca é conhecida dos caseiros, jornaleiros e criados que aparecem por todo o lado e com as mais distintas tarefas. Mantêm uma distância ostensiva com a comunidade, não partilhando com ela nenhum momento. Têm capela própria na casa, onde vai o padre, ou mesmo, têm padre na família para cumprir as obrigações dominicais, onde fazem os casamentos de família e os baptizados. Reúnem-se frequentemente em família, recebendo os primos de fora. Os filhos estudam nos colégios ou vão para Lisboa, seguem carreiras públicas nas colónias ou na metrópole, independentemente dos regimes políticos, havidos em Portugal. No século XIX, dividiram-se entre Absolutistas e Liberais e com a República, alguns optaram por esta causa.

b)-Os proprietários agrícolas tem um numa posição social forte e activa junto da comunidade, aparecendo como os mordomos das festas, são líderes das procissões, pegando ao pódio; fazem os peditórios para a igreja (representados pelos filhos); ocupam os lugares cimeiros durante os momentos do cultos na igreja; são sepultados à entrada ou em lugar de destaque no cemitério que mandaram fazer, em pedra lavrada, para a família.

Têm propriedades agrícolas, compostas por casa de granito de dimensão notória, montes e gados de grandes porte e sempre mais do que uma junta, que mantêm durante todo o ano e suas crias. Avalia-se a sua propriedade pelo número de carros de milho e carros de estrume, daí extrapolando-se para a dimensão da terra arável, montados que fornecem os matos e consequentemente o número de cabeças de gado que se podem alimentar e produzir o dito estrume. Não têm gado de pequeno porte, por questões de prestígio, sendo indicador, na parte sul do concelho, condição social inferior. Matam regularmente, em Dezembro, um mais porcos que conservam em sal durante o ano.

Não afirmam a sua condição de poderosos, mas influenciam quase sempre as decisões locais, preferindo fazê-lo de forma implícita. Controlam as propriedades,



vigiam secretamente os caseiros, forçam-nos ao cumprimento de obrigações. Raramente saem, senão por razões sociais, comerciais, ida a banhos, regulando e negociando permanentemente a sua posição de liderança na freguesia e no concelho. Sentem-se permanentemente ameaçados pelos do mesmo grupo. Protegem a posição da casa, gerindo as opções matrimoniais dos filhos e a herança da casa. De entre os filhos optam pelo não casamento das filhas, preferencialmente, e dificultam ou intervêm nas opções matrimoniais dos rapazes. Definem qual deles vai estudar (normalmente para os seminários - de onde sai o padre que constitui a honra da família), se segue a carreira militar, se é colocado como caixeiro na cidade ou vai para o Brasil com fiança do próprio pai, ou sai directamente para o Brasil. Tudo é feito com descrição e algum segredo. São discretos e religiosos.

Esperam que o filho retorne rico do Brasil. Se não tem sucesso não retorna. Se tem o sucesso esperado regressa a terra para confirmar as expectativas nele depositadas. Se ultrapassa as expectativas, muda-se para a cidade, que pode ser a mais próxima ou nas "capitais": Braga, Porto ou Lisboa. Ou então, depois de permanente "Vai e torna", instala-se no Brasil.

b.1)- Se ele é produto de retorno definitivo do Brasil, a forma primeira de identificação realiza-se na construção da casa, como primeiro indicador da família, das relações sociais simbólicas, das estratégias domésticas pré-estabelecidas e da reprodução e transformação social, como novo efeito, colectivamente avaliado.

É o primeiro industrial da terra. Chega casado com uma Brasileira de origem Portuguesa, Italiana e Austríaca, ou então, se não vem solteiro, casa com filhas de proprietários, como reforço simbólico do prestígio alcançado. Nenhum dos filhos emigram para actividades sazonais. Desloca-se a cavalo e exhibe-se em lugares públicos.

Como a sua posição é produto de retorno do Brasil, a casa apresenta os elementos dessa condição: grades de ferro, janelas altas, tem árvores exóticas, vasos, portões altos,

gradeamentos, lagos, caramanchão, azulejos, águas furtadas ou lanternins, tem criadas a viver em tempo inteiro na casa e com funções distintas. Visita as quintas e gosta de acompanhar as tarefas agrícolas dos caseiros. Vai com frequência à vila para falar de política com amigos, da vida que teve no Brasil e dos bens que ainda lá possui.

Na sua casa há livros e compra algumas revistas sociais. Compra um piano, ainda que ninguém o toque, funcionando como objecto de decoração. Negoceia publicamente o casamento das filhas, forçando o seu casamento com indivíduo de igual condição. A mulher é uma protectora dos pobres, uma íntima do padre, benemérита da igreja, acompanha as filhas em visitas a amigas da mesma condição, tem primos e primas com quem troca correspondência, acompanha namoros secretos das filhas, com quem não chegam a casar, por decisão do pai.

Tem ideias políticas arrojadas, fala de viagens de comboio e de barco, mas nunca confessa como ganhou dinheiro. Apela à honra e ao trabalho honrado que lhe deu sucesso e nunca é contestado.

Manda construir um mausoléu para a família para onde manda transladar os pais, de que é um devoto e a eles apela como referenciais da sua sorte, posição e conduta.

b.2)-Se se instala na cidade, participa na vereação, é mesário das confrarias, benemérito das instituições, viajante, letrado, capitalista, o que justifica a sua falta de ocupação. Vai ao clube, lê os jornais em lugar público, veste-se de branco, traz um óculo que utiliza em todas as ocasiões, é procurado para dar conselhos, papel em que se insinua e cultiva. É conhecedor dos segredos do sucesso, padrinho dos filhos que tem secretamente. Mantém regularmente uma amante; situação que todos ignoram voluntariamente. Chega a Presidente da Câmara. Faz doações para a igreja mas diz-se não religioso. Compra o primeiro automóvel da terra, tem os filhos a estudar nos colégios ou em Coimbra. Não há novidade na cidade que não surja pelas suas próprias mãos. Cultiva a inimizade política.

No seu túmulo prefere o seu busto ou uma imagem escultórica feminina, aos sinais cristãos.

Tem casa na grande cidade, onde frequenta a ópera e o teatro, frequenta as termas, vai a banhos à Póvoa do Varzim, joga no casino. Aparece reconhecido na toponímia da cidade e após a morte, faz-se perpetuar em retratos a óleo na galeria dos doadores e beneméritos da Confraria da Misericórdia local.

Em ambos os casos o sucesso geracional decorreu da boa aplicação dos bens pessoais, da forma como foram geridas as estratégias matrimoniais, a herança e a instrução, levando a que viessem a ocupar cargos de destaque público na administração, deslocando-se alguns dos descendentes para a grande cidade, reflectindo o quadro social e familiar de origem.

O insucesso decorreu da má aplicação das economias em acções e propriedades agrícolas, ambas sujeitas às depressões e crises económicas, levando à falência de algumas famílias e também devido ao empenhamento excessivo na política, sem que viesse a obter resultados desse envolvimento, ou ao jogo.

O modo como é gerida a memória da família leva a que a comunidade mantenha em reserva a família, respeitando a excelência do passado dos ascendentes, na expectativa de novo momento de sucesso igual aos seus ascendentes, a que todos se referem.

As expressões : *"tal pai tal filho"* e *"quem sai aos seus não degenera"*, *"filho de peixe sabe nadar"*, reproduz uma ideia de reprodução de estatutos sociais, aplicado como sendo de valorização e legitimação dos ricos bem sucedidos e seus descendentes. Mais exigente é com os pobres e socialmente desprestigiados com a expressão: *"quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita"* e *"nunca peças a quem pediu, nem sirvas a quem serviu"*.

Grupo 2 :

Este grupo é composta pelo pequenos agricultores proprietários, também designados por lavradores e comerciantes (estes são por vezes donos de pequenas propriedades), definível como grupo intermédio, sociologicamente ambíguo, podendo alguns aproximar-se do grupo 1- um- por acesso a certos lugares simbólicos significativos na comunidade.

Tem casa própria, propriedade de pequena dimensão, dividida entre terra de regadio e sequeiro. Consegue ter uma junta de vacas. Por vezes vende uma delas no Inverno, por incapacidade de as alimentar. Tem animais de pequeno porte: ovelhas ou cabras e negocia as crias. Alimenta um porco para alimentar a família no inverno.

Em certos casos, utiliza a prática migrante sazonal e os filhos com mais facilidade a utilizam. Procura colocação para os filhos na cidade, constituem a força produtiva da comunidade e parte integrante da sua dinâmica produtiva.

Tem grande capacidade em diversificar a obtenção de rendimentos provenientes de várias fontes, como pequenos negócios e ofícios.

Estes, caracterizam-se como os que mantêm durante o ano um rendimento regular e suficiente para manter a família e cumprir obrigações perante as autoridades civis e religiosas.

Saem para o Brasil em família ou protegidos e afiançados pelo patrão da terra se são caseiros. Cuidam do bom nome e negociam uma posição estável na comunidade.

Não valorizam a instrução, dado que para eles é mais importante a força do trabalho do que o saber. Tiveram todo um percurso no Brasil, em trabalho dependente, sem nunca construírem aí negócio próprio.

No retorno, são frequentadores das feiras e animadores das romarias. Se saíram em família para o Brasil não regressam. Se saem individualmente reforçam a posição familiar, pagam as dívidas compram pequenas quintas, aumentam a casa mãe, introduzem melhorias na exploração agrícola, adquirem prestígio. Normalmente, na geração seguinte dá-se a regressão social por falta de estratégias: não investem na

instrução dos filhos, negociam deficientemente a herança e o casamento, rarefazendo novamente a propriedade, surgindo os netos na posição de empregados comerciais e domésticas.

Não se apresentam com tiques vinculados do "Brasileiro", reproduzem as mesmas vivências do lugar e do tempo de saída.

### Grupo 3:

Neste grupo situam-se os pobres. É composto pelos do grupo anterior que têm dificuldades em cumprir as obrigações referidas, ou não as cumprem com regularidade, gerindo com deficiências o quotidiano, apresentado comportamentos que dificultam a sua capacidade negocial de permanência na mesma quinta como rendeiros ou caseiros. É o grupo dos artesãos, pedreiros, carpinteiros, mineiros e colmadores, às vezes trabalhando numa pequena terra, arrendada e pouco produtiva.

Se são donos de pequenas parcelas de terra, mantêm-se em permanente situação de negociação de dívidas, chegando mesmo a ter de as vender, ocupando, por isso, em pleno, o lugar do fundo.

Aceitam qualquer posição de sobrevivência. São criados de servir, muito dependentes, apresentam fraca mobilidade social e pouca capacidade negocial, dada a fragilidade da sua posição económica. Como criados, vivem em casa dos senhorios a tempo inteiro, permanecendo solteiros na casa ou se casam, fazem-no com outras criadas ou jornaleiras. Podem permanecer na casa ou sair como caseiros para alguma propriedade próxima ou em outras freguesias, negociando a sua juventude no arrendamento.

Na família existe uma ou duas cabras que alimentam de leite as crianças. Constituem a mão-de-obra que fica disponível, após as colheitas, saindo em Setembro e Outubro para o Alentejo, ou emigram para o Brasil como engajados (contratados), clandestinos, apoiados por algum proprietário ou "Brasileiro" da terra e raramente retornam, senão para rever os pais:

«O filho voltou ao Pará; e, ainda que lhe deixasse cabedais bastantes para viver com folga, ela retomou os seus farrapos, o seu engajo com que removia o tojo podre dos chiqueiros, e em breve estava tão sórdida como antes.»<sup>7</sup>

### **3.1. Indicadores económicos e sociais**

A mudanças oitocentistas foram muito mais ideológicas e políticas, sem que os habitantes locais se tenham envolvido na compreensão das inovações culturais e tecnológicas da época, repetindo procedimentos e atitudes milenares. Este homem "medieval" é-nos apresentado por Palmira da Silva (1952) numa minuciosa descrição, publicada com o título "Fafe - contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia, e Folclore do Concelho".

As actividades económicas dominantes do concelho referidas nesse estudo são a agricultura, pecuária e transformação artesanal de algumas matérias primas.

Sabendo nós que a mobilidade local ocorreu de forma distinta nos diferentes grupos sócio-profissionais, e que, em termos quantitativos, apresentava variações significativas pelas nas trinta e seis freguesias do concelho, importava procurar as relações entre a estrutura social que caracterizasse a matriz da mobilidade e a predominância desta em certos grupos, bem como as razões da sua desigual distribuição pelo concelho.

No censo à população feito 1890, procuramos os indicadores da estrutura sócio-ocupacional da população do concelho e a sua distribuição por grupos ou sectores de actividade e, no recenseamento eleitoral de 1881, os quadros de desigualdades económicas e sociais, face às condições de elegibilidade eleitoral e sua distribuição no território concelhio.

---

<sup>7</sup> Bessa Luis, Agustina, A Sibila, Lisboa, Guimarães Editores, 1995, pp.39-40

**quadro 1- População de facto do concelho de Fafe segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, em 1890**

profissões	total geral	total	%	varões	fêmeas
<b>Fafe- concelho</b>	<b>25.660</b>	<b>12.143</b>	<b>47.3</b>	<b>7.323</b>	<b>4.820</b>
I- Trabalhos agrícolas	18.887	8.497	69.9	5.622	2.875
II-Pescas e caça	-----	-----	-----	-----	-----
III-Extracção das matérias minerais da superfície do solo	21	8	0.1	8	-----
IV-Indústria	4.030	2.147	17.7	998	1.149
VI-Comércio	169	47	0.4	45	2
VII-Força pública	1.164	445	3.7	204	241
VIII-Administração pública	26	9	0.1	9	-----
IX-Profissões liberais	49	17	0.1	17	---
X-Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	365	116	1.0	108	8
XI-Trabalhos domésticos	57	57	0.5	8	49
XII-Improdutivos. Profissão desconhecida	714	714	5.9	255	459

Fonte: Censo da População do Reino de Portugal, no 1º de Dez. de 1890, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p.52.

Segundo o quadro, onde se referem os valores para todas as idades, 8.497 de 12.143 dos habitantes dedicavam-se a trabalhos agrícolas, o que correspondia a 70%, seguindo-se por ordem decrescente, os que se dedicam à indústria, com 18%; improdutivos com 6%; e força pública com 4%.

Conclui-se assim que as actividades agrícolas predominavam na ocupação dos habitantes do concelho, o que corresponde à média nacional calculada, de que «7 em cada 10 portugueses viviam no campo ou para o campo»<sup>8</sup> agricultura seguindo-se depois os que estavam ligados à actividade industrial e muito pouco significativa a actividade comercial.

<sup>8</sup> Vaquinhos, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993, p.482

### **3.1.1.Estrutura sócio - eleitoral - 1881**

As profissões constituem um indicador da estrutura económica e social do concelho, analisadas aqui através do Censo de 1890 e do Recenseamento Eleitoral de 1881, onde podemos identificar as diferentes ocupações da população concelhia e a estrutura social através das condições de eleitor e de elegibilidade.

O recenseamento dos eleitores e elegíveis, tendo em conta as condições de elegibilidade a deputados, impostas pelo Decreto Lei de 30/09/1852, permite o conhecimento das profissões e ocupações de uma parte da população concelhia, bem como inferir das tipologias hierárquicas e critérios sociológicos diferenciais de tipo político. Ou seja, possibilita a organização das profissões em grupos ou sectores, com direito de acesso à decisão política e distinguir os que reuniam as condições de serem eleitores e elegíveis, colocados os primeiros num segundo patamar social e dentro destes reconhecer diferenças de estatuto, bem como conhecer a sua distribuição pelas freguesias do concelho.

O referido Decreto Lei de 30 de Setembro de 1852, prescreve, como condição para se ser eleitor, ter renda líquida anual 100\$000 réis provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria; ter emprego inamovível e ser de maior idade.

No que se refere à condição de prova de renda, esta era calculada através das colectas, ou seja, aqueles que no ano anterior, tivessem sido colectado em 10\$000 réis de décima, e impostos anexos de juros, foros e pensões, ou de quaisquer proventos de empregos de Câmara Municipais, Misericórdia, ou Hospitais; em 5\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados; em 1\$000 réis de décima e impostos anexos, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria; em mais de 1\$000 réis dos quatro por cento sobre a renda das casas.



Eram ainda considerados como tendo a renda de 100\$000: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos ou reformados e os que pertencessem a repartições extintas que tivessem de ordenado, soldo ou cônica 100\$000 réis; os egressos que tivessem 100\$000 réis de prestação anual; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que fosse a sua origem, 100\$000 réis; os aspirantes a oficiais, os sargentos-ajudantes, quarteis-mestres dos corpos de exército e os das guardas municipais, que tivessem de rendimento 12\$000 réis mensais.

Quanto à condição da idade imposta na lei, para além da prova dos rendimentos referidos, só eram eleitores os que tivessem entrado na maioridade legal, ou seja, ter 25 anos completos, conforme artigo 7.º. Eram também considerados como tendo maior idade eleitoral os que, tendo 21 anos, pertencessem a pelo menos uma das classes seguintes: serem casados; oficiais do exército ou da armada; clérigos das ordens sacras; os que tivessem completado algum curso da escola politécnica de Lisboa, da academia politécnica do Porto, os das escolas naval, do exército, e médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto; os que fossem doutores e Bacharéis formados em qualquer universidade ou academia estrangeira, competentemente habilitados para serem dos seus graus nestes reinos; serem membros da academia real das ciências de Lisboa, os professores de instrução pública, secundária e superior; os que tivessem completado o curso de algum liceu do reino.

Estavam excluídos de serem eleitores os criados de servir nos quais se não compreendiam os guarda-livros, os caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Real, que não fossem de galão branco, e os administradores de fazendas rurais e fábricas; os que estivessem interditos da administração de seus bens; os indiciados em pronúncia ratificada pelo júri ou passada em julgado; os falidos não reabilitados; os libertos.

Todos os que tivessem direito de votar estavam em condições de serem eleitos Deputados, sem condição de domicílio, residência ou naturalidade.

Eram considerados elegíveis os que tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual, os que tivessem sido colectados no último lançamento imediatamente anterior ao recenseamento em alguma das seguintes verbas: 40\$000 réis de décima e impostos anexos de foros, juros, ou pensões, e de quaisquer proventos de Câmara Municipais, Misericórdias e Hospitais; 20\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados; 4\$000 réis de décima e impostos, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos, não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria; 4\$000 réis de impostos sobre a renda de casas. Eram ainda considerados como tendo a mesma renda: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos, reformados, e os das repartições extintas, que tivessem de ordenado, soldo, cõgrua, prestação, ou qualquer outro vencimento 400\$000 réis; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que se fosse a sua origem, 400\$000 réis.

Eram absolutamente inelegíveis: os estrangeiros naturalizados; os membros da Câmara dos Pares; os que não tivessem renda líquida anual de 400\$000, ou não fossem habilitados com os graus e títulos literários; os Governadores Civis; os Administradores nos Concelho; os Juizes de direito de primeira instância e os Delegados do Procurador régio nas suas comarcas; os juizes dos tribunais de segunda instância; os Procuradores Régios; os comandantes das Divisões Militares; os chefes de Estado Maior; os Governadores Gerais; Secretários Gerais dos governos do ultramar.<sup>9</sup>

### **3.1.2. Estrutura sócio - eleitoral, por sectores de actividade - 1881**

Condicionados pelos critérios selectivos da fonte, quer na idade e força económica dos representados na amostra e, mesmo sabendo, que muitas das profissões não correspondiam ao exercício exclusivo de uma única ocupação; nomeadamente os que se

dedicavam a actividades transformadores eram, ao mesmo tempo, os que as comercializavam, decidimos construir o quadro classificativo, como uma possibilidade de através destes dados inferir do quadro sócio-profissional concelhio.

**quadro 2- Profissões/ocupações por sector de actividade, em 1881**

Sectores	Profissões / ocupações	parcial	parcial	%
<b>1- Sector</b>				
<b>1.1-Agro-pastoril</b>	1.1.1-Proprietário	1996		
	1.1.2-Agricultor	1215		
	1.1.3-Jornaleiro	565		
	1.1.4-Lavoura	26		
<b>1.2-Florestal</b>	1.1.5-Casqueiro	6		
<b>1.3- Minas</b>	1.1.6-Mineiro	3	3811	<b>83</b>
<b>2- Sector</b>				
<b>2-Transformação</b>	2.1-Construção civil	212		
	2.2- Vestuário, Têxtil e calçado	127		
	2.3 - Metalurgia	11		
	2.4- Madeiras, mobiliário e utensílios	14		
	2.5- Alimentar e panificação	55		
	2.6- Pirotecnia	7	426	<b>9</b>
<b>3 - Sector</b>				
<b>3- Comércio e serviços</b>	3.1- Comércio	137		
	3.2-Transportes e comunicações	29		
	3.3-Serviço Público	40		
	3.4- Hotelaria e restauração	1		
	3.5-Artes	11		
	3.6-Ensino	5		
	3.7-Saúde e higiene	9		
	3.8- Serviços - liberais	22		
	3.9- Advogado	4	258	<b>5.5</b>
<b>4- diversos</b>				
	4.1-Não activos	43		
	4.2-Religioso	52		
	4.5-Estudante	7		
	4.7-Bacharel	5		
	4.7-Egresso	3	110	<b>2.5</b>
Profissão não referida		2	2	
	<b>total global</b>		<b>4607</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Apresentamos, no quadro anterior, a população eleitoral dividida em sectores, agregando-as em afinidades de natureza produtiva agro-pastorial e mineira, no sector um; as transformadoras, no sector dois; comerciais e serviços, no sector três; não activos e os que tinham funções de carácter religioso, no sector quatro ou diversos.

**quadro 3 - Síntese das profissões/ocupações dos eleitores do concelho em 1881**

Profissões/ocupações	Total parcial	%
1-Agro-pecuária e mineira	3811	83.0
2-Transformador	426	9.0
3-Comercial e serviços	254	5.5
4-Não activos e religiosos	114	2.5
<b>Total global</b>	<b>4605</b>	<b>100</b>

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Os dados do censo de 1890, indicam 12143 indivíduos activos, dos quais 70% estavam ocupados em trabalhos agrícolas, 18% na indústria; 4% nos serviços públicos e 6% não activos.

Observando os dados profissionais do recenseamento, concluímos que, de 83% dos recenseados tinham a sua profissão na agricultura e dela dependiam directa ou indirectamente; 9% tinham como ocupação dominante actividades ligadas ao sector da transformação artesanal; 5,5% dedicavam-se ao comércio ou tinham ocupação nos serviços; 2,5% eram não activos ou exerciam ocupações de carácter religioso.

Concluimos, portanto, que os eleitores constituíam um grupo onde a representatividade relativa dos que se dedicavam a ocupações no sector agrícola é maior, e a dos ocupados na indústria era menor, sendo sensivelmente semelhante nos serviços.

Dada a fraca representatividade relativa dos ocupados na indústria, infere-se para a existência de fracos rendimentos neste sector e um predomínio dos que obtinham rendimentos através da posse da terra.

### 3.1.3. Estrutura sócio - eleitoral: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos

O recenseamento eleitoral de 1881 constitui um indicador indirecto da estrutura social do concelho, pelo facto de neste documento não estar representada toda a população do concelho, nem tão pouco a população activa.

Visto na perspectiva das condições de elegibilidade a deputados estes dados constituem indicadores sociológicos muito interessantes sob o ponto da análise da representatividade quantitativa dos que cumpriam as condições imposta pela lei para se ser eleitor, elegível e, por exclusão de partes, os que não reuniam as condições para se ser eleitor.

Procuramos conhecer as proporções de cada um destes grupos sócio - profissionais, bem como a sua distribuição territorial e geográfica, tendo também subjacente à sua identificação a existência de um jogo de representações sociais e comportamentos simbólicos diferenciadores e informantes da estratificação social de natureza qualitativa não quantificável, à qual nos referimos noutra parte deste trabalho.

Dos dados do recenseamento de 1881-82 e do censo de 1890, foi possível construir o quadro seguinte:

**quadro 4- População total, activa e eleitoral**

Habitantes	População activa	Eleitores	Elegíveis	Não Elegíveis	Excluídos
25600	12143	4607	437	4170	7536

Fonte: Censo de 1890 e Livro Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Sob o ponto de vista quantitativo, ao estabelecermos a relação entre os eleitores e os que, de entre estes, eram elegíveis, inferimos da hierarquia social neste concelho rural, nomeadamente, pela identificação da elite de proprietários e letrados elegíveis (ter 400\$000 réis de renda líquida anual); do grupo intermédio de proprietários, agricultores, artesãos e outros com capacidade eleitoral, mas não elegíveis (ter 100\$000 réis de renda

líquida anual); do grupo dos excluídos do processo eleitoral, porque, de entre o total da população activa, não reuniam as condições impostas para serem eleitores.(ter menos 100\$000 réis de renda líquida anual)

Não existindo referência à designação de caseiro, ou seja, aquele que não tendo terras próprias trabalha em terras de outro, estes eram designados no documento por agricultores.

Verificamos, pela análise dos dados que:

1- Considerando que população do concelho, em 1881, era a mesma que em 1890, isto é de 25600 habitantes e a população activa de 12143, teríamos uma amostra de 47% potencialmente eleitora e elegível.

2- Perante as condições imposta pela lei para se ser eleitor e elegível, existiam, no concelho de Fafe, 4607 eleitores; 437 dos quais eram elegíveis a deputados e 4170 não elegíveis, ou seja, estes eram apenas eleitores.

Os elegíveis eram assim 4% do total de eleitores e 9% do total da população activa. Ou seja estes eram, concomitantemente, maiores de 25 anos, ou os casados maiores de 21, e com rendimentos líquidos anuais superiores a 400\$000 réis.

3- Os 4170 eleitores não elegíveis, correspondia a 90% do total de eleitores e 34% do total da população activa, sendo os que apenas dispunham de 100\$000 réis de renda líquida anual.

4- Retirando ao total dos 12143 activos os 4607 eleitores, identificamos 7536 activos, que não estavam incluídos no recenseamento, constituindo o grupo dos que tinham um rendimento inferior a 100\$000 réis de renda anual.

### 3.1.4. Estrutura sócio-eleitoral e hierarquias sociais

O recenseamento ao identificar as profissões dos eleitores e os rendimentos líquidos dos elegíveis a deputados permitiu-nos construir o quadro seguinte.

**quadro 5- Profissões dos elegíveis e não elegíveis a deputados em 1881**

Profissões dos elegíveis a deputados	Parcial	%	Profissões dos não elegíveis a deputados	Parcial	%
Proprietário	396	90.4	Proprietário	1600	38.4
Negociante	15	3.4	Agricultor	1215	29.2
Bacharel	5	1.1	Jornaleiro	562	13.6
Advogado	4	1.0	Pedreiro	111	2.7
Pároco	3		Carpinteiro	81	2.0
Vendeiro	3		Vendeiro	59	1.4
Capitalista	2		Alfaiate	55	1.3
Reservatário	2		Moleira	51	1.2
Conservador	1		Negociante	28	1.0
Director do correio	1		Lavoura	25	1.0
Escrivão da câmara	1		Tamanqueiro	24	0.6
Farmacêutico	1		Ferreiro	23	0.6
Médico	1		Sapateiro	22	0.5
Presbítero	1		Almocreve	21	0.5
Outra	1		Presbítero	20	0.5
			Capitalista	19	0.5
			Reservatário	19	0.5
			Pároco	17	0.5
			Barbeiro	16	0.
			Trolha	14	0.
			Músico	11	0.
			outras com menos de 10	177	4.0
<b>Total</b>	<b>437</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>4170</b>	

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

O quadro anterior permite-nos identificar e distinguir as profissões dos elegíveis e os não elegíveis, possibilitando as seguintes conclusões:

### **Proprietários elegíveis e não elegíveis**

1- Do total dos 4607 eleitores, são referidos 1996 proprietários, sendo elegíveis a deputados apenas 396 e não elegíveis 1600. Ou seja, 43% dos proprietários eram eleitores, e destes, só 9% eram elegíveis e os restantes 35% não eram elegíveis a deputados.

Isto é, 1996 eleitores tinham mais de 100\$000 réis de rendimento líquido e, apenas 396 tinham mais de 400\$000 réis de rendimento, pelo que estes últimos eram os grandes proprietários agrícolas do concelho que viviam dos rendimentos, não tendo, por isso, necessidade de trabalhar as próprias terras, vivendo dos rendimentos das terras que tinham arrendadas aos agricultores (caseiros).

Por outro lado, revela-se significativo o facto da designação de proprietário, constituindo um referente sociológico de prestígio social nas comunidades rurais, englobando genericamente todos os que têm propriedade agrícola, induz na ideia de estarmos perante um grupo homogéneo.

Assim, concluímos, das diferenças existentes neste grupo profissional, ao verificar-se que, do total dos proprietários eleitores, apenas 20% são elegíveis a deputados e os restantes 80% não têm acesso à eleição para aquele importante cargo público, sendo por isso os pequenos proprietários.

2º- Analisando apenas as profissões dos 437 elegíveis, 90,4% destes eram proprietários, o que indica uma forte representatividade eleitoral deste grupo profissional face às restantes profissões de elegíveis.

Os restantes elegíveis a deputados, estavam representados do seguinte modo: 3,4%, que se dedicavam ao comércio com algum vulto, dado que a essa actividade também se



dedicavam os designados por comerciantes, vendeiros, vendilhões, almocreves, taberneiros.

A designação de almocreve desapareceu neste século, à medida que o sistema de transportes foi substituindo estes comerciantes no transporte das mercadorias de terra em terra. Os vendeiros eram um tipo de comércio realizado em pequenas lojas, restringindo a sua actividade à venda de vinho e petiscos e alguns produtos alimentares e os taberneiros, vendiam apenas vinhos e petiscos. Os vendeiros e os taberneiros tinham a suas vendas junto das estradas, das Igrejas, no largo das Feiras e no meio dos lugares mais habitados, procurando estes lugares como sendo o sítios de maior frequência e disponibilidade para o consumo.

Os restantes 6,4% correspondiam a outras profissões distribuídas por um leque de 13 profissões, o que lhe retira valor estatístico. Neste grupo eram ainda elegíveis um pequeno número de letrados: (5 bacharéis e 4 advogados, residentes na freguesia de Fafe, à excepção de um que residia em Antime).

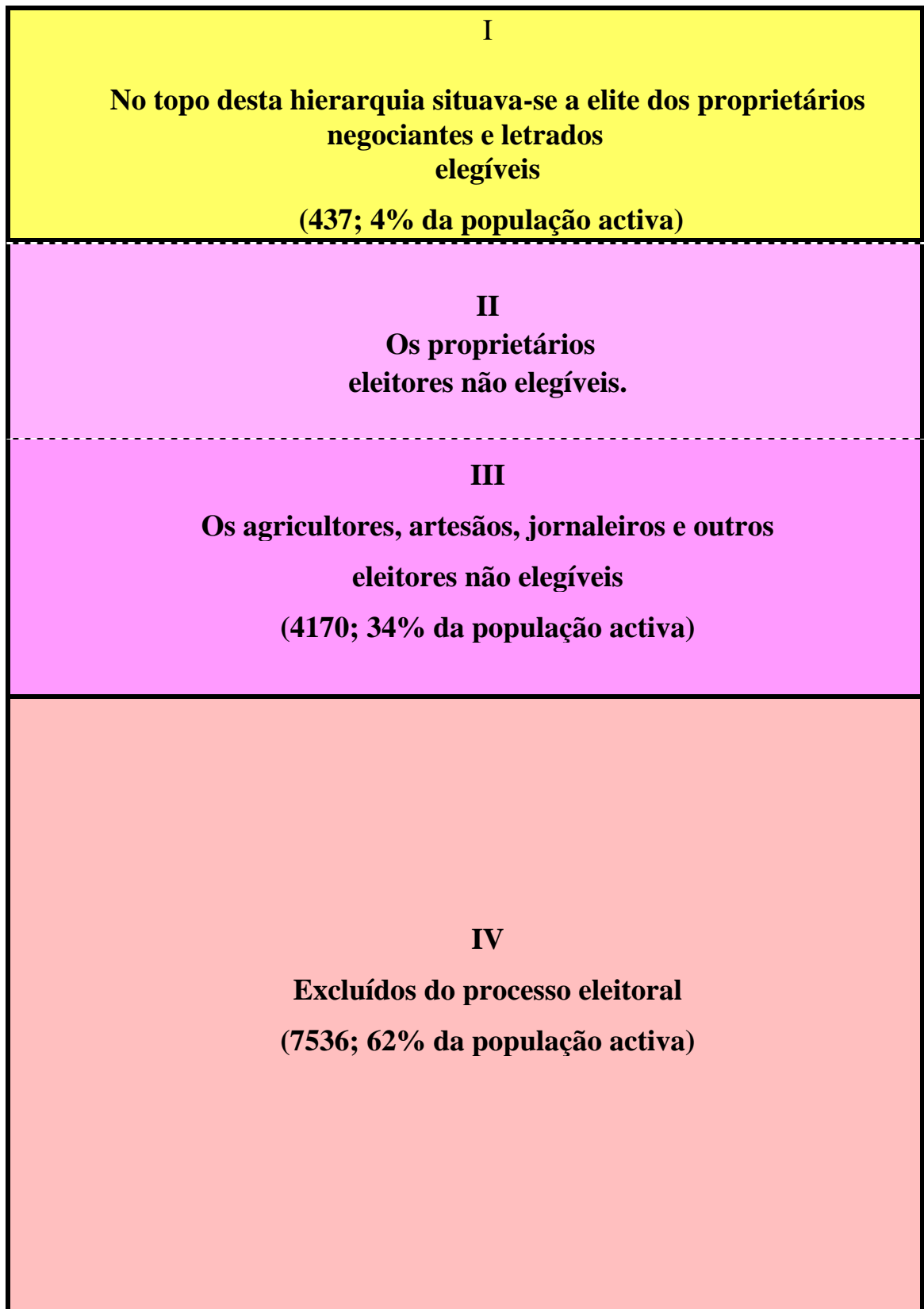
#### **Eleitores não elegíveis:**

Eram eleitores, mas estavam excluídos da elegibilidade os já referidos 1600 proprietários; 1215 agricultores; 562 jornaleiros; 111 pedreiros; 81 carpinteiros. Sem significado estatístico, aparecem referidos, outras profissões)

#### **Excluídos do processo eleitoral**

Como dissemos atrás, admitindo como activos os 12143 referidos no censo de 1890 e retirando-lhe os 4607 eleitores, identificamos 7536 activos que não estavam incluídos no recenseamento, constituindo o grupo dos que tinham um rendimento inferior a 100\$000 réis de renda anual. Ou seja, 62% da população activa, por falta de rendimentos, estava excluída do exercício político eleitoral.

### **Estrutura social do concelho em 1881**



### Conclusão:

A não elegibilidade eleitoral, para além do significado simbólico que transporta, é um indicador de desigualdades económicas e sociais reais, não só entre os proprietários, mas também é revelador de uma marcada hierarquização social nas comunidades rurais.

Assim, no topo desta hierarquia situavam-se os proprietários elegíveis, depois os negociantes elegíveis e seguidamente os proprietários não elegíveis.

No grupo das elites predominavam assim os proprietários elegíveis. Estes constituem um grupo sociológico diferenciado de outros que, sendo também proprietários, se situavam em posição de subalternidade na escala social, por não serem elegíveis. No grupo da elite local, ainda que em reduzido número, estavam os que possuíam cargos públicos ou pertenciam à elite dos letrados.

Por último, encontravam-se na base da escala hierárquica os agricultores (caseiros), artesãos, jornaleiros.

Outras formas de desigualdade manifestam-se em expressões e comportamentos com elevado significado simbólico social local, aos quais nos referiremos noutra parte deste trabalho.

Esta análise revela-se significativa, dado que a mobilidade é um comportamento social diferenciado, que se reflecte nos diferentes itinerários migratórios e nas diferentes atitudes perante o retorno.

## **4.FREGUESIAS E TERRITÓRIOS DE PARTIDA**

### **4.1.Freguesias e terras de naturalidade dos migrantes (1834-1862) e dos emigrantes (1834-1926)**

Importava, na perspectiva da micro análise, conhecer a mobilidade, tendo em conta a freguesia de naturalidade dos que migraram e emigraram com passaportes do administrador do concelho de Fafe. Tendo obtido a identificação das freguesias de naturalidade de 10.780 indivíduos, organizámo-las em dois grupos distintos: as freguesias dos que migraram e a dos que emigraram.

Saíram de Fafe, entre 1834-1862, para destinos regionais ou de migração 3.460, sendo naturais e/ou residentes 3250, o que corresponde a 94%. Como não naturais do concelho de Fafe, requereram Guia de Trânsito 164, ou seja 4,7% do total, os quais ou eram residentes neste concelho, ou, por se encontrarem em trânsito, aqui renovaram os seus passaportes. Não é conhecida a freguesia de naturalidade de 46, o que corresponde apenas a 1,3%.

Por outro lado, e dada a alteração do quadro administrativo concelhio em 1854, considerámos, como sendo naturais do concelho de Fafe, aqueles que o administrador referia como naturais de freguesias do termo de Guimarães, Celorico e Cabeceiras de Basto, por ter sido na Administração deste concelho que foram requeridas as Guias de Trânsito,

No que se refere aos que tiveram destinos intercontinentais de emigração, identificamos, entre 1834-1926, 7.320 indivíduos, naturais e/ou residentes em Fafe. Como naturais do concelho de Fafe, identificamos 6.997 requerentes, ou seja, 95,6% do total e, como não naturais, mas nele residentes ou que, na administração concelhia requereram passaporte, contamos 323, o que corresponde a 4,4%. Não foi identificada a freguesia de naturalidade de 28 emigrantes, o que corresponde a 0,9% do total.

Dado que em 1854, como dissemos se deram profundas alterações no quadro da administração pública e divisão do território, mantivemos aqui os mesmos critérios já atrás referidos para as freguesias que, entre 1834-1854, apareciam como pertencentes a outros concelhos.

#### 4.1.1. Análise comparativa da migração e da emigração por freguesia

**quadro 6- Freguesias de naturalidade dos que migraram entre 1834-1862 e dos que emigraram entre 1834-1926.**

Naturalidade dos migrantes (1834-1862)	Total	Naturalidade dos emigrantes (1834-1926)	Total	Freguesias do concelho	Habit. em 1890
S. Gens	406	Fafe	773	Fafe	3071
Moreira do Rei	342	S. Gens	577	Moreira de rei	1539
Fafe	310	Moreira do Rei	515	S. Gens	1469
Quinchães	269	Quinchães	427	Travassós	1219
Queimadela	257	Travassós	327	Quinchães	1174
Pedraído	176	Golães	295	Queimadela	1078
Gontim	156	Queimadela	274	Serafão	1014
Monte	152	Revelhe	273	Golães	938
Fornelos	129	Estorãos	243	S. Romão de Arões	871
Aboim	118	Várzea Cova	220	Monte	840
Vinhós	116	Monte	208	Cepães	731
Revelhe	102	Fornelos	190	Várzea cova	700
Várzea Cova	98	Serafão	184	Regadas	678
Felgueiras	83	Antime	178	Estorãos	673
Estorãos	81	S. Romão de Arões	170	Revelhe	668
Antime	71	Cepães	162	S. Mart. de Silvares	630
Travassós	48	Ribeiros	162	Aboim	600
Golães	46	Regadas	159	Freitas	597
Cepães	39	Vila Cova	151	Antime	584
Ribeiros	39	S. Mart. de Silvares	150	Ribeiros	573
Armil	36	Freitas	148	Passos	570
Passos	36	Pedraído	141	Armil	565
S. Romão de Arões	30	Vinhós	136	Fornelos	490
S. Clem. de Silvares	24	Arnozela	114	Vila Cova	480
S. Marti. de Silvares	17	S. Clem. de Silvares	108	Seidões	402
Medulo	14	Passos	99	S. Clem. de Silvares	363
Vila Cova	13	Armil	95	Arnozela	355
Serafão	12	Aboim	91	Fareja	355
Freitas	7	Agrela	74	Vinhós	353
S t.ª. Crist. de Arões	6	Medelo	74	S.ta. Crist. de Arões	348
Ardegão	5	Ardegão	71	Pedraído	333
Arnozela	5	Seidões	62	Medelo	331
Regadas	3	S t.ª. Crist. de Arões	43	Agrela	288
Seidões	3	Gontim	41	Ardegão	284
Fareja	1	Felgueiras	33	Gontim	207
Agrela	0	Fareja	31	Felgueiras	145
Não conhecida	46	Não conhecida	28		
de outros concelhos	164	outros concelhos	295		

No quadro anterior apresentamos a distribuição dos quantitativos da migração e da emigração por freguesia e por ordem decrescente e a população de cada uma delas no ano de 1890.

Das duas primeiras concluímos, que as freguesias de S. Gens, Moreira do Rei, Fafe e Quinchães apresentam mais migrantes e emigrantes.

Através da comparação dos dados verificamos que as quatro freguesias que apresentaram mais migrantes e emigrantes são as mesmas, o que, por sua vez, corresponde às freguesias com maior população em valores absolutos, e, como já dissemos, correspondem às freguesias onde existiam menos proprietários, ou seja, em que se observava uma maior concentração fundiária, como nos referimos na parte 1 deste trabalho.

Porém, e tendo em conta o que se verifica nas restantes 32 freguesias do concelho, não se poderá estabelecer uma relação de causa efeito entre o número de habitantes e as migrações.

No entanto, não deixamos de referir que, de entre as quatro freguesias que apresentam maior mobilidade, a freguesia de Fafe, é, e sempre foi, a sede administrativa do concelho e que S. Gens e Quinchães, são freguesias limítrofes da sede do concelho.

Por esta razão procuramos informações de natureza geográfica, histórica e económica das freguesias e do concelho, que poderão contribuir para a explicação da diferente mobilidade verificada no concelho de Fafe, bem como razões de natureza social e familiar, que possam ter contribuído para a explicar a mobilidade local.

#### **4.2. Profissões da migração por sector de actividade**

Do total de 3510 requerentes de passaporte interno, apenas sabemos as profissões ou ocupações de 202, ou seja, 6% dos migrantes, a que corresponde a 32 profissões ou ocupações diferentes.

Para uma mais fácil leitura das mesmas, organizámo-las em quatro classes ou categorias, dado que nem sempre uma ocupação corresponde a uma profissão, tornava-se discutível estruturar uma classificação.

Porque nas sociedades camponesas ou agrárias, os limites das ocupações não ligadas à terra, são difíceis de demarcar, dado que quase todas as ocupações rurais são exercidas complementarmente à agricultura e com quadros sociais distintos.

Encontramos cinco ocupações distintas ligadas à terra: proprietário-lavrador, lavrador-caseiro, trabalhador, jornaleiro e criado.

No contexto agrário não basta fazer distinções entre proprietários, caseiros e jornaleiros, o que pressupõe conceitos de propriedade e não propriedade diferentes, bem como distintos processos de ligação individual e familiar à terra e, conseqüentemente lugares sociais diferenciados.

Interessa-nos aqui ver como estas designações surgem ligadas de forma diferente, quer na quantidade migratória, quer quanto aos destinos.

Por outro lado e dado que o trabalho agrícola no Minho corresponde a dois ciclos com ocupação intensiva de toda a comunidade e das famílias, principalmente nos períodos de Maio; nas sementeiras e, em Setembro, nas colheitas, toda a força de trabalho da comunidade é utilizada. Porém, findo estes períodos, muitos dos trabalhadores ficam disponíveis para o exercício de outras actividades ou para a migração, a qual como dissemos decorre depois daquele período.

Tendo em consideração o exposto, achamos oportuno classificá-las e analisá-las por sectores de actividade, mesmo sendo reduzida a amostra e discutível qualquer classificação.

No grupo sócio - profissional - 1, os que tinham actividade ligada à agricultura, quer como lavradores-caseiros, jornaleiros e os trabalhadores, ou seja, todos aqueles cuja sobrevivência dependia exclusivamente do seu trabalho e cuja ocupação poderia



ser em múltiplos serviços, normalmente na agricultura, mas nunca com carácter de especialização ou dedicação exclusiva

No grupo sócio - profissional- 2, os que tinham uma profissão ligada à produção artesanal.

No grupo sócio - profissional 3, incluímos as profissões que exigiam instrução, as que estavam ligadas à administração pública, os artistas (aqueles que se dedicavam ao espectáculo), os académicos e os religiosos e os que tinham uma profissão ligada ao comércio, transporte e produção artesanal.

**quadro 7- Profissões dos naturais e residentes que migraram entre 1834-1862, por grupos sócio-profissionais**

1. grupo sócio-profissional		%	2. grupo sócio-profissional		%	3. grupo sócio-profissional		%
<b>1.1 Agro-pecuária</b>			<b>2.1-Ofícios</b>			<b>3.1-Serviços</b>		
trabalhador	62	30.8	alfaiate	5	2.5	clérigo	10	5.0
jornaleiro	25	12.4	tamanqueiro	3	1.5	académico	4	2.0
criado	15	7.5	caldeireiro	2	1.0	barbeiro	4	2.0
lavrador - caseiro	7	3.5	pedreiro	2	1.0	deputado da nação	3	1.5
proprietário-lavrador	6	3.0	vedor	2	1.0	administrador	2	1.0
			carvoeiro	1	1.0	bacharel	2	1.0
			confeiteiro	1	1.0	escrivão	2	1.0
			obreiro	1	1.0	artista	2	1.0
			sapateiro	1	1.0	desembargador	1	0.5
			serralheiro	1	1.0	soldado	1	0.5
						<b>3.2-Comércio -</b>		
						almocreve	21	10.5
						tendeiro	7	3.5
						negociante	4	2.0
						estalajadeiro	1	0.5
						quinquilheiro	1	0.5
						vendedor ambulante	1	0.5
						boticário	1	0.5
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>57</b>	<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>34</b>

Ocupavam os primeiros lugares na mobilidade interna as profissões ligadas à agro-pecuária, com um total de 115 indivíduos, donde se destacam os trabalhadores, jornaleiros e os criados. Em segundo lugar situavam-se as profissões ligadas ao comércio e serviços, com um total de 68 saídas. Por último, situavam-se as profissões ligadas aos ofícios, como aqueles onde se verificava menor mobilidade espacial.

Dos dados se concluiu que 57% dos migrantes integram o sector dos que possuem vínculos à terra, 34% ligados ao sector do comércio e transformação e 19% ligadas aos ofícios.

Se existem profissões ou ocupações que manifestam maior disponibilidade ou apetência para migrar, o que tem significações socialmente diferenciadoras, quer no quadro das desigualdades económicas, quer na escala dos lugares sociais e simbólicas

individuais e familiares, podemos concluir que a migração regional constitui um atributo dos que se encontram numa posição social frágil e economicamente desfavorecida.

Migrar é, em primeiro lugar, uma atitude masculina a quem se exige juventude e algum vigor físico, independentemente do seu estado civil. E, além disso os que se encontram numa posição que, com o seu abandono temporário da terra de origem, não perturba a continuidade da posição social do grupo familiar de origem, dado que, sob o ponto de vista económico se lhes pede um esforço acrescido de encontrar em qualquer actividade ou local o complemento de sobrevivência familiar.

Por outro lado, outros há que requereram guia de trânsito ou passaporte, sem que a sua intenção fosse obter rendimentos. São assim referidas saídas de carácter "turístico" ou "sanitário", como a "ida a banhos" e outras que, pelo destino e pela profissão dos saídos correspondiam ao exercício de função de carácter político e administrativo.

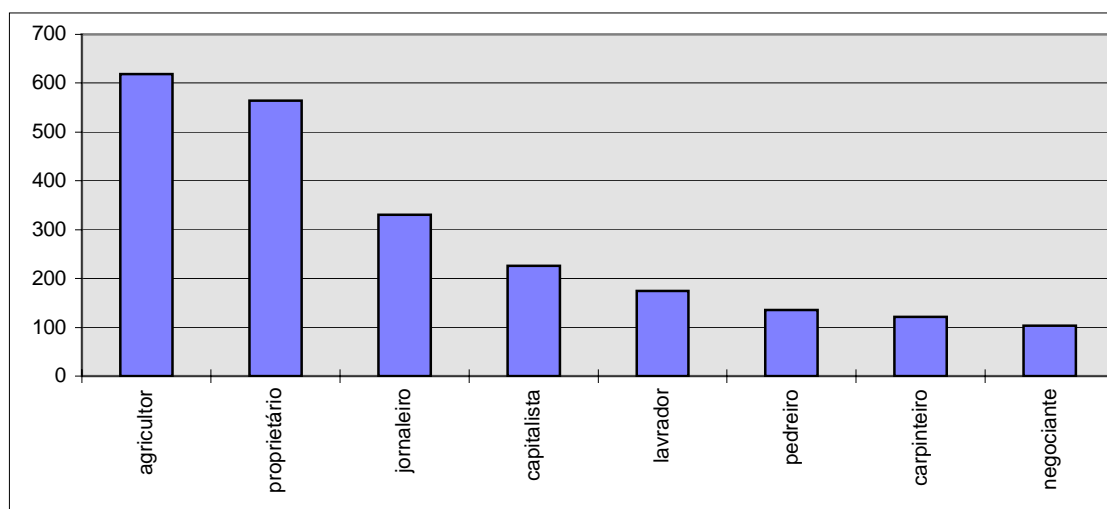
#### 4.3. Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe

**quadro 8- Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926**

Profissões	total	%	Profissões	total
agricultor	619	20.9	calceteiro	2
proprietário	564	19.1	cantoneiro	2
jornaleiro	330	11.1	chapeleiro	2
capitalista	226	7.6	chauffeur	2
lavrador	174	5.9	cocheiro	2
pedreiro	135	4.6	criveiro	2
carpinteiro	121	4.1	electricista	2
negociante	103	3.4	engomadeira	2
empregado comercial	73	2.4	louceiro	2
serviçal	69	2.3	marítimo	2
trabalhador	67	2.3	músico	2
alfaiate	57	1.9	professor	2
estudante	49	1.7	tecelão	2
caixeiro	45	1.5	tipógrafo	2
doméstica	32	1.0	advogado	1
costureira	31	1.0	armador	1
barbeiro	28	0.9	Bacharel	1
sapateiro	24	0.8	caldeireiro	1
operário	19	0.6	carregador	1
caiador	17	0.5	escriturário	1
criado	14	0.5	familiar	1
vendeiro	13	0.4	farmacêutico	1
escrevente	12	0.4	fogueiro	1
comerciante	12	0.4	fogueteiro	1
serralheiro	11	0.3	hortelão	1
tamanqueiro	10	0.3	latoeiro	1
ferreiro	7	0.2	leiteiro	1
padeiro	5	0.1	mineiro	1
artista	4	0.1	modista	1
funileiro	4	0.1	penteeiro	1
padre	4	0.1	sardinheiro	1
serrador	4	0.1	seleiro	1
tecedeira	4	0.1	taberneiro	1
cortador de carnes	3	0.1	vendedor ambulante	1
marceneiro	3	0.1	vendilhão	1
moleiro	3	0.1	zelador municipal	1
trolha	3	0.1		

Do gráfico e da leitura do quadro anterior se infere que em 7321 emigrantes, é conhecida a profissão de 2949, ou seja, a amostra das profissões corresponde a 40.3% do total dos saídos, estando cada uma delas representada em termos percentuais em: 21%, agricultores; 19%, proprietários; 11%, jornaleiros; 7,6%, capitalista; 5,9%, lavradores; 4,6%, pedreiros; 4%, carpinteiros; 3,4%, negociantes; 2,4%, empregados comerciais; 2,3%, serviçais; 2,3% trabalhadores

**gráfico 1- Profissões dos emigrantes saídos de Fafe entre 1834 e 1926**



#### **4.4. Profissões da emigração por sector de actividade**

Seguindo os mesmos critérios utilizados para as profissões/ocupações da população migrante, e como dissemos, nem sempre uma ocupação corresponde a uma profissão, quando tratamos de analisar as sociedades camponesas ou agrárias.

Os limites das ocupações ligadas à terra, são difíceis de definir, dado que existem expressões, como a de proprietário, onde não é claro se vive dos rendimentos de uma propriedade agrícola, ou se explora terras próprias e, ainda, se além de trabalhar terras próprias tem outras arrendadas. Por outro lado, e no que se refere a ocupações artesanais ou "ofícios" estes nem sempre correspondem ao exercício a tempo inteiro da actividade, sendo muitas das vezes complementares da actividade agrícola.

No que se refere aos "ofícios", estes sendo de carácter artesanal, são, ao mesmo tempo, de carácter comercial, dado que, os mesmos exercem a venda dos seus próprios produtos, não raras vezes exercidas em simultâneo com a ocupação agrícola.

Partindo dos mesmos critérios utilizados para o grupo dos migrantes, organizamos as profissões em classes ou sectores:

Na classe 1, os que tinham actividade ligada à agricultura, como proprietários, lavradores, agricultores, caseiros e jornaleiros e os que, não tendo profissão definida, são designados por trabalhadores, ou seja, todos aqueles, cuja sobrevivência dependia exclusivamente do seu trabalho e cuja ocupação poderia exercer-se em múltiplos serviços, normalmente na agricultura, mas nunca com carácter de especialização ou dedicação exclusiva

Na classe 2, os que tinha como profissão/ocupação ligada à construção civil, vestuário, metalurgia, alimentação etc.

Na classe 3- seguindo, também aqui, os critérios de Jorge Alves [1994:198], agrupamos neste sector «as profissões ligadas ao comércio, transporte, ensino, artes e

serviços intelectuais» e os que tinham uma ocupação ligada ao comércio, os que estavam ligados a actividades de transformação artesanal, ainda que podendo ser vendedores dos seus próprios produtos, bem como as que exigiam instrução. Nele incluimos ainda os que estavam ligados à administração pública, saúde, os artistas (aqueles que se dedicavam ao espectáculo) e os que se dedicavam à vida religiosa. Na classe dos serviços, e por forma a distinguir aqueles que prestavam serviços por conta de outrem, tal como os criados e serviçais, dos que os excresciam por sua conta, definimos duas sub-classes.

Na classe 4, e por último, criamos um quarto grupo para agrupar os não activos, tais como os capitalistas que viviam de rendimentos ou, os que, trabalhando, poderiam não o fazer, vivendo deles. Muitos deles integrando processos de reemigração, atribuíam a si próprios essa designação (ou a sociedade e funcionário da administração registava como tal). Incluimos aqui, ainda os estudantes e os que eram designados por familiares).

**quadro 9- Profissões dos naturais e/ou residentes em Fafe por sector de actividade e que emigraram entre 1834-1926**

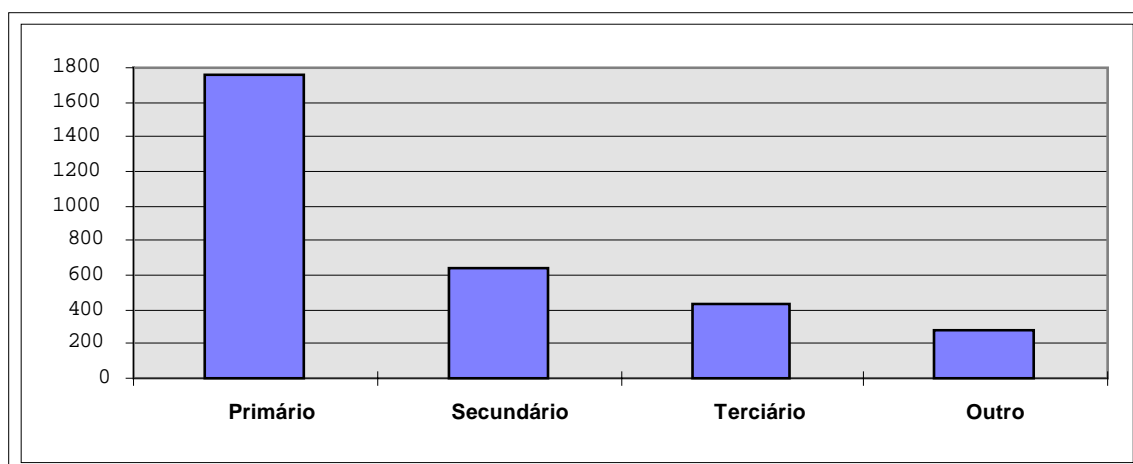
Sector/classe	Actividades	total parcial	% parcial
1-Primário	1.1-Agro-pecuária	1756	56.6
	1.2-Minas	1	0.0
total		<b>1757</b>	<b>56.6</b>
2-Secundário	2.1-Construção civil	438	14.1
	2.2-Vest. Text. Calçado	153	4.9
	2.3-Metalurgia	24	0.7
	2.4-Madeira	2	0.0
	2.5-Alimentação/panificação	11	0.3
	2.6-Tipografia	2	0.0
	2.7-Olaria	2	0.0
	2.8-Electricidade	2	0.0
	2.9-Pirotecnia	1	0.0
total		<b>636</b>	<b>20.5</b>
3-Terciário	3.1-Comércio	250	8.0
	3.2-Transportes	9	0.3
	3.3-Saúde e Higiene	1	0.0
	3.4-Artes	6	0.2
	3.5-Ensino	2	0.0
	3.7-Serviços (trabalho dependentes)	116	3.7
	3.7-Serviços (trabalho independente)	30	1.0
	3.8-Serviços públicos	14	0.5
	3.9-Religiosos	4	0.1
total		<b>432</b>	<b>13.9</b>
4-Outro	4.1-não activos (capitalistas, estudantes, familiares)	276	
total		<b>276</b>	<b>8.9</b>
<b>total global</b>		<b>3101</b>	<b>100</b>
	profissão/ocupação não identificada	<b>4220</b>	

Analisando as profissões dos emigrantes por sector de actividade, e segundo a nossa classificação, concluímos que 56,6% tinham ocupações no sector primário; 20,5% no sector secundário, 14%; no sector terciário e num quarto sector (não activos), 8.9%. Considerando que os dados cobrem cerca de cem anos e ainda subjectividade dos



critérios por nós utilizados, verificamos que a população emigrante com profissões ou ocupações ligadas à terra, ou que com ela mantém fortes vínculos, corresponde ao triplo das que referimos para o sector secundário e cerca de cinco vezes superior à ocupada no sector terciário.

**gráfico 2 - Profissões dos naturais e/ou residentes em Fafe por sector de actividade e que emigraram entre 1834-1926**



#### 4.4.1. Análise comparativa das profissões da migração e da emigração

**quadro 10- Profissões dos migrantes e emigrantes**

<b>destino interno dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>destino externo dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
trabalhador	62	30.8	agricultor	619	20.9
jornaleiro	25	12.4	proprietário	564	19.1
almocreve	21	10.4	jornaleiro	330	11.1
criado	15	7.5	capitalista	226	7.6
clérigo	10	5.0	lavrador	174	5.9
lavrador - caseiro	7	3.5	pedreiro	135	4.6
tendeiro	7	3.5	carpinteiro	121	4.1
proprietário- lavrador	6	3.0	negociante	103	3.4
alfaiate	5	2.5	empregado-comercial	73	2.4
negociante	4	2.0	serviçal	69	2.3
académico	4	2.0	trabalhador	67	2.3
barbeiro	4	2.0	alfaiate	57	1.9
tamanqueiro	3	1.5	estudante	49	1.7
deputado da nação	3	1.5	caixeiro	45	1.5
caldeireiro	2	1.0	doméstica	32	1.0
pedreiro	2	1.0	costureira	31	1.0
vedor	2	1.0	barbeiro	28	
administrador	2	1.0	sapateiro	24	
bacharel	2	1.0	operário	19	
escrivão	2	1.0	caiador	17	
artista	2	1.0	criado	14	

Finalmente, para comparar as profissões, tivemos em conta três situações distintas: os migrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe os emigrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe e os emigrantes naturais de Fafe, mas que residiam no Porto (critério que estabelecemos para designar os que requereram passaporte no Governo Civil do Porto). Tivemos ainda em conta que a amostra é diferente, quer em termos cronológicos, quer em valores absolutos. Por último, excluímos as profissões com menos de 1% de representatividade.

Assim verificamos que:

1º- Os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, que migraram para destinos internos com a profissão/ocupação de trabalhadores e jornaleiros ocupam o primeiro e segundo lugar, respectivamente com 30,8% e 12,4%, na migração;

2º- Os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, que emigraram para destinos externos ou intercontinentais, 21% eram agricultores e 19% eram proprietários, surgindo em terceiro lugar os jornaleiros com 11%;

Concluiremos que:

A)- A migração correspondia a estratos sociais de fracos recursos e, como atrás já dissemos, a indivíduos com fracos laços de ligação à terra, ou cujos laços de ligação não constituíam vínculos de propriedade.

Estes encontravam-se disponíveis na aldeia em tempo de menor actividade agrária, ou seja, durante os meses de Inverno, com fraca oferta de trabalho para a mão-de-obra disponível.

B)- A emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, que requeriam passaporte na administração do concelho, predominavam as profissões do sector primário, onde predominavam os agricultores e proprietários, situando-se em segundo lugar as do sector secundário e por último as do sector terciário. Num quarto sector (não activos) encontravam 9% de indivíduos referidos como capitalistas e os estudantes.

Nestes existia um forte predomínio das profissões ou ocupações ligadas à terra, ou que com ela mantêm fortes vínculos (os proprietários, agricultores e lavradores).

## 5. ITINERÁRIOS DA MIGRAÇÃO E DA EMIGRAÇÃO

### 5.1. Destinos da migração

quadro 11- Destinos dos migrantes entre 1834 e 1862

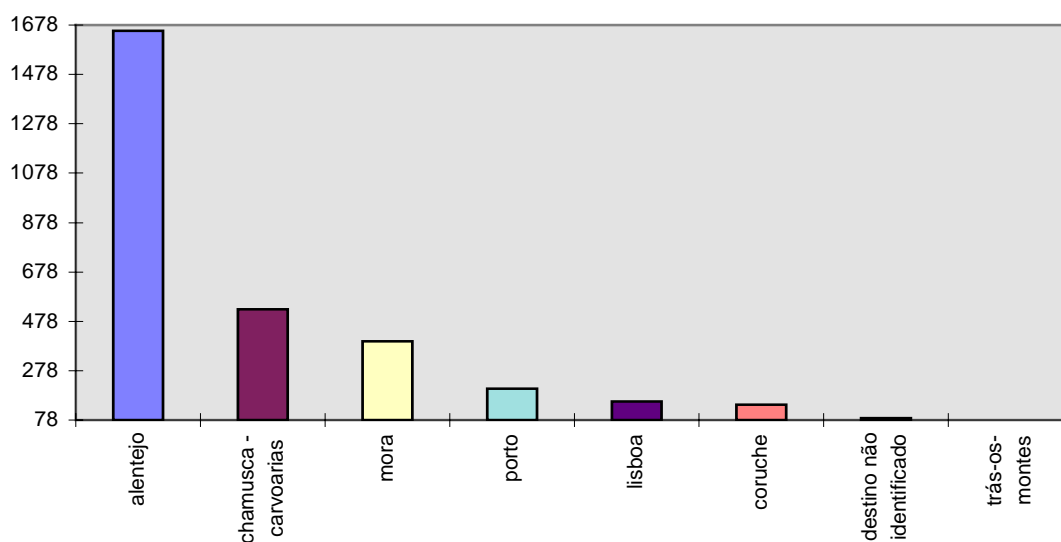
Regiões	Destinos	Totais parciais	%	TOTAL	%
	Porto	204	6.0		
	Trás-os-Montes	57	2.0		
	Minho	17	0.5		
	Braga	13	0.4		
	Basto	7	0.2		
	Povoa do Varzim	6	0.0		
	Viana	6	0.0		
	Penafiel	4	0.0		
<b>NORTE</b>				<b>314</b>	<b>9.0</b>
	Coimbra	45	1.3		
	Aveiro	14	0.4		
	Viseu	5	0.1		
<b>CENTRO</b>				<b>64</b>	<b>1.8</b>
	Alentejo	1655	47.2		
	Chamusca - carvoarias	526	15.0		
	Mora	398	11.3		
	Lisboa	152	4.3		
	Coruche	140	4.0		
	Monte Mor	39	1.1		
	Ribatejo	21	1.0		
	Évora	12	0.0		
	Alenquer	2	0.0		
<b>SUL</b>				<b>2945</b>	<b>83.9</b>
	Destino não identificado	134	3.8		
	Transitar pelas feiras do reino	38	1.1		
	Outros destinos	13	0.4		
	Galiza	2	0.0		
<b>OUTRAS</b>				<b>187</b>	<b>5.3</b>
	<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>3510</b>		<b>3510</b>	<b>100</b>

Do quadro se conclui que, em 3510 registos dos indivíduos que requereram guias de trânsito interno, 3323 indicavam um destino específico e, 187 guias o destinos não era identificado ou era geograficamente indefinidos.

Analisando os destinos sob o ponto de vista das regiões preferidas para a migração interna, verifica-se, que 84% preferia a região Sul do país, 9% preferiam o Norte e apenas 2% preferiam destinos do Centro do país.

Como destinos específicos predominantes destacam-se o Alentejo, com 47% (especificação genérica de um destino para o Sul do país); a Chamusca (carvoarias), com 15% (como destino para para o exercício de uma actividade); Mora, com 11.5%; a cidade do Porto, com 6%; Lisboa, com 4% e Coruche, com 4%, conforme o quadro anterior e o gráfico seguinte.

**gráfico 3- Destinos dos que migraram para destinos regionais entre 1834-1862**



As saídas davam-se nos finais das colheitas realizadas no Minho, isto é, durante o mês de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Neste contexto, estabelecem-se relações de interdependências e equilíbrios entre espaços geo-populacionais precários, em certas alturas do ano, que necessitam da complementaridade sazonal.

Fazem-se acompanhar de vários parentes em linha directa e colateral ou simples vizinhos que saíam na condição de iguais, companheiros de viagem, de retorno e de destino geográfico, numa atitude de obrigação moral e como fatalidade de condição social.

Sob o ponto de vista da distância, ela é medida pelo que tem de relativo à manutenção dos objectivos e necessidades familiares e dos limites calculados com as expectativas que têm na reprodução do lugar social que ocupam.

Trata-se assim, de um discurso de identidades grupais, donde são excluídos os que não suportam caminhadas a pé muito longas, ou seja antes dos 12 anos ou depois dos 60 de idade, bem como os de saúde frágil, mulheres, ou colocados nos limites inferiores da escala social.

O destino ou itinerário migratório, constitui em si um indicador do lugar social daquele que se desloca de um lugar para outro, podendo, através do conhecimento do destino final, inferir-se da posição económica e social daquele que se desloca.

Da leitura do quadro anterior, fica claro, mesmo com uma amostra tão pouco significativa, que, no que se refere aos destinos, os trabalhadores, jornaleiros, criados e artesãos têm como destinos o Alto-Alentejo e Ribatejo, mais particularmente, nas terras e vilas ribeirinhas, da margem esquerda e direita do rio Tejo.

Os proprietários vão à Povaia referindo-se expressamente nos registos que vão a banhos e os letrados, funcionários públicos e religiosos têm como destinos preferenciais Lisboa, Porto e Coimbra.

Se excluirmos os destinos dos proprietários, dos religiosos e dos almocreves, dado que a finalidade da saída não é obter rendimentos no exercício de qualquer actividade e

num determinado local, ficamos com aqueles que são "forçados" a ausentar-se temporariamente do lugar de residência e naturalidade.

Inserem-se neste grupo aqueles que têm profissões ou ocupações às quais corresponde uma maior dependência económica, quer pela não posse de propriedade agrícola: caseiros, jornaleiros, trabalhadores, ou actividades artesanais de ocupação permanente ou sazonal que ofereçam rendimentos que garantam a sobrevivência económica das famílias.

Pesa também na decisão de saída a construção de obrigações voluntariamente assumidas e esperadas, tais como: o casamento, quando o migrante é solteiro; o casamento de filho/a; o pagamento de dívidas e encargos, nomeadamente no caso dos lavradores-caseiros com prestações ou rendas fixas, decorrentes dos maus anos agrícolas; a morte de boi ou vaca, (quando pertença do senhorio); o pagamentos de promessa a santos.

Recolhemos testemunhos que nos informaram que, já na década de cinquenta sessenta deste século, os caseiros emigravam recorriam a peditórios, feitos de porta em porta, para recolher fundos, por forma a indemnizar o arrendatário da morte de animal grande.

Encontram-se nestes casos: trabalhadores, jornaleiros, criados e lavradores-caseiros, repetindo uns anualmente o processo de saída nos meses de Maio e principalmente em meados de Setembro, Outubro, Novembro e às vezes em Dezembro, durante vários anos e outros, por serem ocasionais respondiam a circunstâncias de urgência.

## 5.2. Destinos da emigração

**quadro 12- Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos naturais mas residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885.**

DESTINOS SAÍDOS DE FAFE (1834-1926)	TOTAL	TOTAL PARCIAL	%	DESTINOS SAÍDOS DO PORTO (1836-1885)	TOTAL	TOTAL PARCIAL	%
<b>AMÉRICA DO SUL</b>				<b>AMÉRICA DO SUL</b>			
Rio	4374		60.00	Rio	1074		77.99
Brasil	1273		17.47	Pará	156		11.46
Pará	1156		15.87	Baía	63		04.57
Baía	84		01.15	Santos	25		01.81
Manaus	53		00.72	Maranhão	20		01.45
São Paulo	29		00.39	Rio grande do sul	12		00.87
Pernambuco	26		00.35	Pernambuco	11		00.79
Santos	15		00.20	Santa clara	3		00.21
Minas	2		00.02	Ubatuba	2		00.14
Rio grande do Sul	1		00.01	Olinda	1		00.07
Panamá	5		00.06				
Argentina	2		00.02				
		<b>7020</b>	<b>96.4</b>			<b>1367</b>	<b>99</b>
<b>EUROPA</b>				<b>EUROPA</b>			
França	120		1.64	Europa	7		00.50
Espanha	111		1.52	Tui	1		00.07
Inglaterra	1		0.01	Inglaterra	1		00.07
		<b>248</b>	<b>3.4</b>			<b>9</b>	<b>1.0</b>
<b>ÁFRICA</b>				<b>ÁFRICA</b>			
ÁFRICA	16			África	1		00.70
			0.2	Luanda	1		00.70
		<b>16</b>	<b>0.2</b>			<b>2</b>	<b>1.0</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>7284</b>	<b>100</b>			<b>1378</b>	<b>100</b>

Em 7321 emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, conhecemos os destinos de 7284, ou seja de 99,4%. Destes, 7020, dirigiram-se para a América do Sul, o que corresponde 96,4%, para a Europa, 3,4% e, apenas 0,2, para a África.

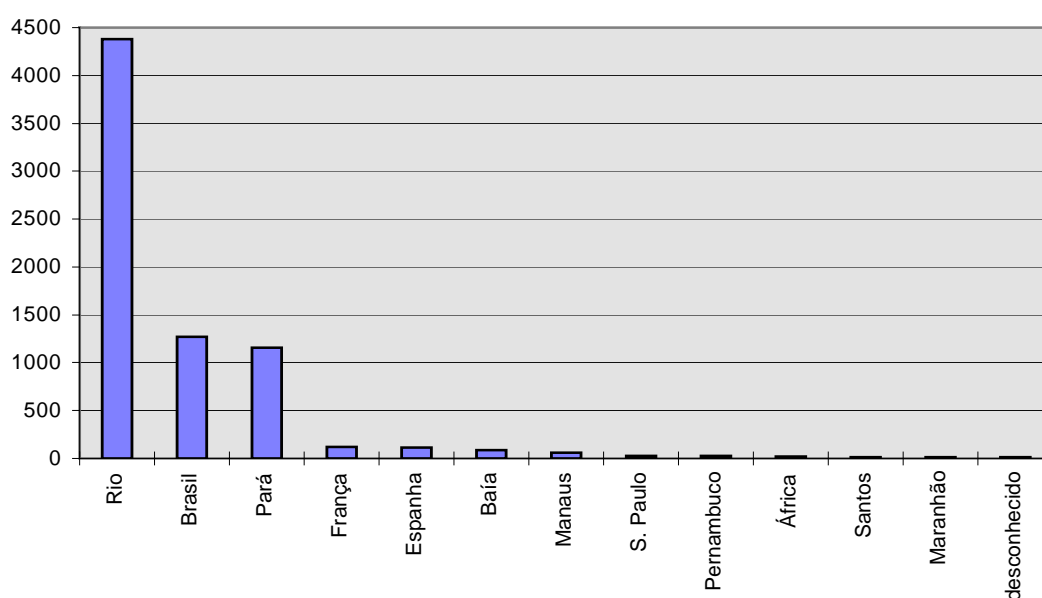
Dos que escolheram como destino a América do Sul, apenas uma pequeníssima minoria teve outro destino, que não fosse o Brasil, isto é, apenas 7 em 7020, saíram para



o Panamá e Argentina. Do que concluímos que o Brasil foi o destino de eleição dos emigrantes de Fafe.

Por outro lado, em 1384 emigrantes naturais de Fafe, mas que requereram passaportes no Governo Civil do Porto, sabemos os destinos de 1378, e que, 99% destes saíram para o Brasil, sendo estatisticamente insignificante o número dos que tiveram como destino a Europa e a África, conforme se pode inferir dos gráficos seguintes.

**gráfico 4- Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926**



## CONCLUSÃO

Iniciamos a nossa intervenção com uma questão problema: *em que medida os diferentes estatutos sócio-territoriais dos migrantes e dos emigrantes influenciaram as diferentes opções de destino?*

Tivemos como pressuposto um território geográfico, histórico e social, bem como os quadros económicos e sócio-familiares motivadores da migração e da emigração, pelo que nos possível inferir da existência de uma relação entre o território, lugar social e os diferentes destinos migratórios e emigratórios.

Assim, em 1881, existiam 4605 eleitores, sendo 1995 proprietários, 1227 agricultores e 544 jornaleiros, correspondendo respectivamente a 43,3%, 26,6% e 11,8% do total de eleitores.

Quanto à distribuição geográfica das profissões/ocupações, verifica-se que: a percentagem de proprietários aumenta à medida que se caminha para o Norte montanhoso do concelho, num intervalo que vai de 9,5 a 91%; a distribuição percentual dos agricultores situada no intervalo de 2 a 88%, diminui na ordem inversa da distribuição dos proprietários; por último, os jornaleiros estão representados num intervalo de 1 a 31%, sendo, por isso, menos visível a irregularidade da distribuição geográfica.

Tendo em conta o intervalo das percentagens e sua distribuição pelo território, concluímos que o número de proprietários depende fortemente do território, ou seja, é nas zonas planas e agrícolas onde estes estão menos representados, pelo que se infere da maior concentração fundiária. Por outro lado, a natureza da propriedade (terrenos aráveis) constitui um factor inibidor da fragmentação da terra através da herança ou partilha, a qual dependerá, por sua vez, de comportamentos de sucessão na posse da terra e determinante da emigração.

Por outro lado, no Norte do concelho, a natureza da propriedade assentava não só na existência de um solo agrícola menos extenso e menos produtivo, mas também na posse de rebanhos, os quais eram mais fáceis de partilhar por herança.

Simultaneamente concluímos que às freguesias onde é menor a percentagem de proprietários corresponde um maior número de migrantes e emigrantes.

Aqueles que migram são predominantemente os criados, jornaleiros e trabalhadores, sendo o principal destino o Alentejo e/ou carvoarias da Chamusca, regressando ao fim de um período curto tempo (migração sazonal).

Tendo como referência a estrutura e composição social para o ano de 1881 e tendo em conta a elevada estratificação social, bem como a distribuição geográfica e, ainda, que agricultores e os proprietários emigravam mais do que qualquer outro profissional/ocupacional, concluímos que a emigração dos naturais de Fafe insidia nos grupos com rendimentos médios e altos; ou seja, nos que tinham mais do que 100 e 400 mil réis de renda líquida anual, estando a emigração ligada a estratégias de natureza social e familiar.

Verificamos assim a existência de estratégias migratórias distintas em diferentes quadros económicos, familiares e sociais, sem esquecer as conjunturas económicas do país de saída e do país de acolhimento, modeladoras e motivadoras da atracção para a emigração e imigração, bem como as políticas e seus instrumentos normativos de regulação da emigração.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos C. “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar”, in *Análise Social*, nº. 40, 1974, PP.778-788
- ALVES, Jorge Fernandes, “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”, *Revista de História*, Vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289
- ALVES, Jorge Fernandes, “Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros, (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp- 78-97
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994,
- AMORIM, Maria Norberta, “A família e a sua relação com o meio - Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída”, separata do *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, Vol. XLVII, 1989.
- AMORIM, Maria Norberta, “Emigração em Três Paróquias do Sul do Pico (do século XVIII a 1930) - Abordagem micro-analítica”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 249-277.
- AMORIM, Maria Norberta, “Emigração: uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890”, in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional”, *Estudos Demográficos*, nº30, Lisboa, I.N.E., 1991, pp. 31-39.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A emigração portuguesa - suas origens e distribuição*, Instituto de Cultura e língua portuguesa - Ministério da Educação, 1983
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Português à Distância, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Portugal: Perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985
- BERTAUX, Daniel, *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Morais Editores, 1978.
- BESSA LUIS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, “O bom emigrante à casa torna”, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994.
- BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.
- CAPELA, José V, *O Minho e os seus Municípios, Estudos Económico-Administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*, Universidade do Minho, Braga, 1995.
- CARRILHO, Maria José: “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa, I.N.E., 1991
- CLAVAL, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982.

- COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- DIAS, Jorge, “Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português”, *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- DURÃES, Margarida, “Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta”, *Revista de História Económica e Social*, nº 21, 1987, pp. 47-56.
- EVANGELISTA, João, *Um Século de População Portuguesa*, Lisboa, I.N.E., 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Para uma política de emigração”, in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1982, pp. 87-94.
- JACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher, 1991.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 volumes, Lisboa, Vega, 1989.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956.
- MENDES J. Amado, “Evolução da economia portuguesa”, in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Círculo De Leitores, 1993, pp.315-324.
- MENDES, José Amado, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, in *Análise Social*, nºs 116-117, 1992, pp. 357-365.
- MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "brasileiros" (1861)-1930) - Perspectivas histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1991
- NUNES, João Arriscado, e GONCALVES, Albertino Ribeiro, “Casa, Comunidade e Espaço Institucional”, *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, 100-112.
- O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros - Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1984.
- OLIVEIRA, Aurélio, “A Renda Agrícola em Portugal durante o Antigo Regime”, *Revista de História Económica e Social*, nº 6, 1980, pp. 1-56.
- PEREIRA, Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe-Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Casa do Castelo, 1952
- PEREIRA, Miriam Halpern, “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”, in *Análise Social*, nº108-109, 1990, pp. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- PINA-CABRAL, João de, e outros, “A casa do noroeste - um encontro pluridisciplinar”, in *Análise Social*, nº95, 1987, pp.151-163.
- PINA-CABRAL, João de, *Contextos da Antrologia*, Lisboa, Difel, 1991
- PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhos de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- Enciclopédia Einaudi, Vol. 8, Imprensa Nacional C. M., 1986
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 6ª edição, 1991.
- Rodrigues, Lorenzo Cachón, *Mobilidad Social ou Trayectorias de Clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989

- RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As Estruturas Populacionais”, in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1933, pp.197-241
- RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón, *Movilidad social o Trayectorias de clase?*, Madrid, Siglo XXI de España editores, 1989.
- ROEL, Antonio Eiras (ed.), Introduccion. Consideraciones sobre la *emigración española a America y su contexto demográfico*, (Actas del II Congresso de la asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1900), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- ROWLAND, Robert, “Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)”, in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa n America* (Actas del II Congresso de la Asociación de Demografia Histórica. Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.
- SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.
- SERRÃO, Joel e outros, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Honzonte, 1976.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SHILS, Edward, *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, 1991
- SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, Manuel Carlos F. da, *Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Amsterdam: universidad de Amsterdam, 1994.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, “Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas”, *Studium Generale*, n° 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.
- SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- TELES, Moreira, *O Brazil e a Emigração*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- TELLES, Moreira, *Emigração Portuguesa para o Brazil*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.
- TRINDADE, M. Beatriz Rocha, “Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil”, in *Análise Social*, n° 90, 1986, pp. 139-156.
- VAQUINHAS, Irene, “A condição camponesa entre o mito e realidade”, in Mattoso, José, *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993, pp.479-492
- VAQUINHAS, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993
- VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, Tomo I, Liv. A. M. Pereira, 1886.
- WALL, Karin, “Classe social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajetórias dos migrantes de origem rural”, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993., pp. 184-192.
- WESTPHALEN, Cecília Maria, e BALHANA, Altiva Pilatti, “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993., pp. 17-27.

## **FONTES**

Censo da População do Reino de Portugal, no 1º de Dez. de 1890, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

Diário do Governo, Decreto de 30 de Setembro de 1852

Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Registo de passaportes, arquivo municipal de Fafe

<b>1.PROBLEMATIZAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2.CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ECONÓMICO E SOCIAL.....</b>	<b>3</b>
<b>3.ESTRUTURA SOCIAL.....</b>	<b>5</b>
<b>3.1.Indicadores económicos e sociais.....</b>	<b>14</b>
3.1.1.Estrutura sócio - eleitoral - 1881.....	16
3.1.2.Estrutura sócio - eleitoral, por sectores de actividade - 1881 .....	18
3.1.3. Estrutura sócio - eleitoral: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos.....	21
3.1.4.Estrutura sócio-eleitoral e hierarquias sociais.....	23
<b>4.FREGUESIAS E TERRITÓRIOS DE PARTIDA .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1.Freguesias e terras de naturalidade dos migrantes (1834-1862) e dos emigrantes (1834-1926).....</b>	<b>28</b>
4.1.1.Análise comparativa da migração e da emigração por freguesia .....	30
<b>4.2. Profissões da migração por sector de actividade .....</b>	<b>31</b>
<b>4.3. Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe.....</b>	<b>36</b>
<b>4.4. Profissões da emigração por sector de actividade.....</b>	<b>38</b>
<b>5.ITINERÁRIOS DA MIGRAÇÃO E DA EMIGRAÇÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>5.1.Destinos da migração.....</b>	<b>44</b>
<b>5.2.Destinos da emigração .....</b>	<b>48</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>50</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>52</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>55</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>57</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

QUADRO 1- POPULAÇÃO DE FACTO DO CONCELHO DE FAFE SEGUNDO AS GRANDES DIVISÕES PROFISSIONAIS, DISTINGUINDO O SEXO, EM 1890.....	15
QUADRO 2- PROFISSÕES/OCUPAÇÕES POR SECTOR DE ACTIVIDADE, EM 1881 .....	19
QUADRO 3 - SÍNTESE DAS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES DOS ELEITORES DO CONCELHO EM 1881 .....	20
QUADRO 4- POPULAÇÃO TOTAL, ACTIVA E ELEITORAL .....	21
QUADRO 5- PROFISSÕES DOS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS A DEPUTADOS EM 1881 .....	23
QUADRO 6- FREGUESIAS DE NATURALIDADE DOS QUE MIGRARAM ENTRE 1834-1862 E DOS QUE EMIGRARAM ENTRE 1834-1926. ....	30
QUADRO 7- PROFISSÕES DOS NATURAIS E RESIDENTES QUE MIGRARAM ENTRE 1834- 1862, POR GRUPOS SÓCIO-PROFISSIONAIS .....	34
QUADRO 8- PROFISSÕES DOS EMIGRANTES NATURAIS E/OU RESIDENTES EM FAFE ENTRE 1834 E 1926.....	36
QUADRO 9- PROFISSÕES DOS NATURAIS E/OU RESIDENTES EM FAFE POR SECTOR DE ACTIVIDADE E QUE EMIGRARAM ENTRE 1834-1926 .....	40
QUADRO 10- PROFISSÕES DOS MIGRANTES E EMIGRANTES .....	42
QUADRO 11- DESTINOS DOS MIGRANTES ENTRE 1834 E 1862 .....	44
QUADRO 12- DESTINOS DOS NATURAIS DE FAFE E QUE EMIGRARAM ENTRE 1834-1926 E DOS NATURAIS MAS RESIDENTES NO PORTO E QUE EMIGRARAM ENTRE 1836-1885. ....	48
 GRÁFICO 1- PROFISSÕES DOS EMIGRANTES SAÍDOS DE FAFE ENTRE 1834 E 1926.....	37
GRÁFICO 2 - PROFISSÕES DOS NATURAIS E/OU RESIDENTES EM FAFE POR SECTOR DE ACTIVIDADE E QUE EMIGRARAM ENTRE 1834-1926 .....	41
GRÁFICO 3- DESTINOS DOS QUE MIGRARAM PARA DESTINOS REGIONAIS ENTRE 1834- 1862 .....	45
GRÁFICO 4- DESTINOS DOS NATURAIS DE FAFE E QUE EMIGRARAM ENTRE 1834-1926 ....	49